

Dez empreiteiras sob suspeita

O procurador-chefe do Ministério Público Federal, Sérgio Lauria Ferreira, solicitou à Receita Federal uma devassa fiscal sobre dez empreiteiras que ganharam R\$ 158,89 milhões — ou 44,65% das obras contratadas pela prefeitura de Manaus entre 93 e 96.

Além das quatro suspeitas de terem ligações com Amazonino Mendes, serão investigadas a Equipe, Locbrás, Troiman, I.F., Conspar e Spark. Baseado em uma representação da vereadora Vanessa Grazziotin, o MPF supõe que as empresas possam ter cometido crimes como sonegar imposto de renda, enviar ilegalmente recursos ao exterior e lavar dinheiro.

“Este fato envolvendo a Exata é mais um indício que nos levará a questionar a lisura das licitações

das quais as empreiteiras fizeram parte em Manaus nos últimos quatro anos”, disse Ferreira.

Se não bastasse a denúncia, o juiz Wellington Araújo, da 2ª Vara da Fazenda Pública do Estado, decidiu na semana passada citar Amazonino Mendes e o ex-prefeito de Manaus, Eduardo Braga, numa ação ordinária movida pelo estudante de direito Lélío Correia. As queixas do universitário foram aceitas pela promotora do Ministério Público do Estado, Carla Fregapane Leite, que enviou a ação à Justiça em maio.

ISENÇÃO

Correia acusa Mendes e Braga por abuso de propaganda pessoal nas placas do governo do estado e do município colocadas em novas

obras em 1996. “São mais de duzentas em todo o estado. O administrador público não deve usar do dinheiro popular para se beneficiar politicamente.”

O juiz Wellington Araújo disse que esta é a primeira ação movida contra Amazonino Mendes que está ganhando fôlego no Judiciário local. “Vou analisar o caso com isenção. O julgamento deverá ocorrer, se tudo andar normalmente, em outubro. Se houver provas suficientes, não terei problemas em cumprir a lei”, comentou.

A lei 8429/92 prevê que o homem público que cometer improbidade administrativa perderá o cargo, poderá ter os direitos políticos suspensos por até cinco anos e pagar multa.